

CRISE CONTEMPORÂNEA, LUTA DE CLASSES E SUAS EXPRESSÕES NA CULTURA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL*Yolanda Guerra^S**Abstract o resumen:*

A crise contemporânea implica em profundas alterações nas relações entre os países, no mundo do trabalho, na economia, na cultura, nas práticas ídeopolíticas e profissionais. Quais as particularidades que estas transformações assumem nos países periféricos e sua repercussão nas práticas profissionais, sobretudo na prática do Serviço Social?

A hipótese é a de que para enfrentar a crise atual processos de racionalização são direcionados pelos países centrais, dentre eles a reestruturação produtiva, a internacionalização do capital financeiro, o globalismo, (a nova condição do imperialismo) produto de uma divisão do trabalho com maior nível de racionalização e da maximização da exploração dos países periféricos. Esses processos vêm acompanhados de uma programática de ajustes econômicos e de um ideário funcional às mesmas que é a ofensiva neoliberal. Nesse contexto adquire hegemonia uma racionalidade que hipertrofia o mercado, substitui direitos coletivos por individuais, privilegia o âmbito privado, vela os antagonismos de classes, questiona a centralidade do trabalho e subsume total e efetivamente o trabalhador ao capital. Busca-se determinar a racionalidade do

♣ Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP, Professora da ESS da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil, autora do livro: "A instrumentalidade do Serviço Social", Cortez, 1995 e de artigos e ensaios publicados em revistas técnicas. Atualmente desenvolve o Projeto de Pesquisa: "Fundamentos do trabalho profissional na contemporaneidade: crise capitalista e suas expressões na cultura profissional" e coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade" da UFRJ.

projeto político hegemônico no contexto da crise contemporânea para compreender de que maneira esta racionalidade se particulariza no Serviço Social, coloca novas tendências no atendimento das demandas, configurando novos perfis de profissão e de vertentes teóricas e ídeo-políticas que a orientam e que alimentam o exercício profissional.

INTRODUÇÃO

A crise contemporânea, como uma crise do capital, tem provocado profundas mudanças nas relações entre os países, no mundo do trabalho, na economia, na cultura, nas práticas ídeo-políticas e profissionais e sobretudo na relação entre as classes sociais. A hipótese é a de que o capital, no sentido de controlar a sua crise, investe na implementação de um novo padrão de acumulação, para o que tem que estabelecer novo “consenso” entre as classes sociais vigentes no modo de produção capitalista. Com isso, a tendência a equalizar os interesses, esconder os antagonismos, se renova. Porém, agora faz-se necessário encontrar novos mecanismos, justificativas, argumentos em torno dos quais possa se estabelecer um “novo” consenso entre capital e trabalho, uma vez que o objetivo é o mesmo: dissimular o capital como antagonista do trabalho, de um lado, e a subsunção total do trabalho ao capital, de outro.

Neste texto discute-se a lógica que subjaz ao projeto sócio-político hegemônico, suas formas de enfrentamento da crise estrutural do capital e as mudanças que provoca na estrutura de objetividade e subjetividade das classes sociais, visando enfatizar os novos (e velhos) mecanismos de regulação de que o capital dispõe para alcançar o consenso entre as classes. Busca-se o papel do Estado como o mediador privilegiado nesta relação e suas formas de enfrentar a questão social, enquanto expressão da relação capital-trabalho.

Para tanto há que se refletir sobre o significado da crise contemporânea e as respostas que engendra.

1- NATUREZA DA CRISE CONTEMPORÂNEA

As abordagens totalizante da crise contemporânea a consideram uma crise global com dimensões amplas, diversificadas e sem precedentes na história, que derruiu os alicerces que possibilitaram a adoção de efetivas medidas de democratização do poder político, as quais têm sido combatidas fortemente pela programática neoliberal.

Trata-se de uma crise global com múltiplas dimensões, que afeta as formas de produção/valorização do capital e reprodução/regulação social dos sistemas sociais vigentes no século XX. Ela encerra os “anos dourados” de crescimento capitalista do pós-guerra e suspende o “sonho americano” do Estado de Bem-Estar Social: marca o esgotamento do que alguns autores consideram um longo e bem sucedido período de acumulação capitalista (Hobsbawm, 1992 e 1995; Netto, 1993 e 1996).

Mas, posto que remete à derrocada do socialismo real, a crise atual, enquanto crise global, apresenta-se como uma crise do processo civilizatório, daqueles projetos societários pelos quais este último século se consolidou, das sociedades organizadas por iniciativas de economias planejadas, dos Estados intervencionistas, enfim, das alternativas à barbárie social (cf. Hobsbawm, 1992 e 1995; Netto, 1993; Frederico, 1994)¹.

Como considera Hobsbawm, não se trata apenas da crise de “uma forma de organizar a sociedade, mas de todas as formas” (1995: 21), nas quais “os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegávamos” (idem: 25).

1 A premissa que sustenta a aceitação de uma crise global que afeta, ainda que de maneira diferenciada, os sistemas políticos vigentes no século XX, é a de que capitalismo “democrático” e socialismo real se determinam reciprocamente, cada um deles incide sobre a existência do outro, impondo alternadamente necessidades de auto-renovação.

O fato é que com o fim do socialismo real estabelece-se uma nova correlação de forças entre os países capitalistas, donde uma de suas expressões encontra-se numa certa hegemonia alcançada pela ofensiva neoliberal.

No nosso ponto de vista, amparado em Mészáros, vivemos na contemporaneidade uma crise estrutural do capital, a qual manifesta tanto no sentido destrutivo da lógica do capital quanto da incontrollabilidade do sistema de metabolismo social do capital. Sua consequência: o desmoronamento do mecanismo de regulação que vigorou no pós-guerra, que se convencionou chamar de compromisso fordista-keynesiano (Mészáros, in: Antunes, 1999).

É por isso que, no nosso entendimento, a crise estrutural do capital se expressa como crise do taylorismo e do fordismo.

Se isso é verdade, há que se buscar as determinações que estão postas na conjuntura de meados dos anos 70, período em que este padrão de gestão e controle da força de trabalho entra em declínio. Relativo a este padrão de acumulação vê-se que: 1) a queda da taxa de lucro, causada pelo aumento do preço da força de trabalho, tendo em vista as conquistas trabalhistas pós-45 e as lutas sociais dos anos 60, a qual leva a uma redução dos níveis de produtividade do capital; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, como resposta ao desemprego estrutural; 3) a hipertrofia da esfera financeira e relativa autonomia desta em relação ao capital produtivo; 4) maior concentração de capitais (oligopólios); 5) crise do estado de Bem-Estar Social acarretando a crise fiscal do Estado e a necessidade de retração dos gastos públicos; 6) privatizações, desregulamentação e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

O deslocamento do capital para as finanças foi consequência da incapacidade da economia de proporcionar a taxa de lucro adequada, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, Alemanha, Japão.

Portanto, esta crise que aparece como crise econômica e sua expressão na taxa de lucro é marcada pelo *fracasso de um padrão de dominação estabelecido*. Ela desestruturou os países de terceiro mundo e eliminou os países pós-capitalistas, afetou o centro do sistema global de produção.

Se isso é verdade, cabe-nos buscar as iniciativas do capital no sentido de responder à sua crise estrutural neste momento da história.

2- RESPOSTAS TEMPORÁRIAS DO CAPITAL À CRISE ESTRUTURAL:

Aqui, o suposto é o de que a crise do capital tem dimensões profundas, embora as respostas tenham atingido os problemas apenas na superfície².

Conforme apontado nos itens anteriores, a crise da década de 70 é uma crise estrutural, motivada (e ao mesmo tempo expressa) pela queda da lucratividade do capital (tendência decrescente da taxa de lucro). A chamada crise do fordismo/taylorismo foi tanto manifestação da lógica destrutiva do capital, presente nesta tendência decrescente da taxa de lucro quanto da incontrollabilidade do sistema de metabolismo social.

É nesta direção que o processo de reestruturação do capital e do trabalho visava dotar o capital do instrumental necessário para repor seus patamares de expansão. Esse período caracterizou-se, também, por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classes trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase apogeu no fordismo (Antunes, 1999).

Quais as expressões fenomênicas da tendência destrutiva do capital?

Em primeiro lugar a reestruturação produtiva. O modelo de acumulação taylorista-fordista (o qual implica uma determinada forma de gestão e controle da força de trabalho) é colocado em cheque, e em seu lugar e gradualmente, formas

² Como respostas temporárias do capital à sua crise estamos considerando a reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal.

de acumulação mais flexíveis passam a vigir nas “relações de trabalho”. A substituição, também gradual, do modelo de produção em massa, consumo coletivo e pleno emprego para uma produção restrita e direcionada, flexibilidade nas relações de trabalho e desemprego; da cidadania regulada (ou seja, dada pelo contrato de trabalho), das formas de contratação por tempo de serviço, que dá acesso a determinados serviços sociais (ainda que com estatuto individual) para novas formas de exclusão social dadas pela precarização do trabalho e pelo desemprego; do Estado interventor — que desempenha funções políticas e econômicas — que se responsabiliza pelo atendimento das questões sociais e pela reprodução da força de trabalho, para o Estado-mínimo, que flexibiliza todos os direitos sociais até então alcançados pelos trabalhadores³; do perfil dos profissionais com formação ampla para aqueles cuja formação é eminentemente tecnocrática; das políticas sociais compensatórias para as políticas sociais sem direitos sociais, da pressão direta sobre a força de trabalho para as formas de manipulação à distância; dos valores democráticos e das identidades coletivas para os valores liberais que priorizam as identidades individuais; da sociedade de massa para a reposição do individualismo possessivo do liberalismo clássico; de uma determinada dinâmica espaço-temporal para a rapidez e volatilidade das informações, evidenciando transformações significativas nos mercados: de trabalho, de bens e serviços e de capitais.

Tais tendências afirmam o mecanismo que tem sido utilizado pelo capital para conter suas crises: a adoção de estratégias de racionalização. De que tipo?

- 1) do trabalho vivo = esta é a expressão mais clara da tendência auto-destrutiva do capital,
- 2) dos custos de produção = trata-se da chamada empresa enxuta,
- 3) das atividades = o modelo japonês do just in time,

3 É importante observar que o argumento neoliberal da flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho apoia-se na mera aparência fenomênica de que é o excesso de proteção ao trabalho e de regulamentos que estancam o bom funcionamento da indústria e do setor de serviços, haja vista a condição privilegiada em termos de segurança no trabalho, que os trabalhadores encontra-se.

4) das relações sociais: abstração dos antagonismos de interesses entre capital e trabalho, equalizando-os,

5) dos seguros sociais = flexibilização dos direitos sociais.

A nosso ver, a lógica que conduz estas tendências, que são respostas do capital frente a sua crise, é a lógica da produção de mercadorias e de valorização do capital, a qual leva à destruição ou precarização da força de trabalho e degradação do meio ambiente

Em segundo lugar, no contexto de respostas temporárias à crise do capital, projeto neoliberal. Este atua como coadjuvante no sentido de criar as condições que permitam ao capital alçar a uma nova etapa de expansão, a um novo ciclo de desenvolvimento, a uma etapa da financeirização: concentração de capitais nas mãos do grande capital internacional. A *condição política* para isso localiza-se no enfraquecimento da classe trabalhadora, a flexibilização dos direitos adquiridos como classe e, conseqüentemente, o estilhaçamento da identidade de classes. As políticas neoliberais são políticas de corte privatista e individualista. É por isso que o lema do neoliberalismo, a liberdade econômica, moral e política (cf. Laurel, 1995:162), é enaltecido, resultando na entronização do mercado, da competição e do individualismo. Para isso há que se eliminar qualquer componente democrática, de organização coletiva, de conquistas sociais.

Já afirmamos anteriormente que o capitalismo porta a tendência de produzir uma miserabilização relativa da população. Porém, o que os modelos de desenvolvimento capitalista dependente fazem não é outra coisa que criar um contingente de miseráveis para o que apenas os sentimentos humanitaristas e assistencialistas não bastam. Este segmento populacional, por constituir-se uma ameaça à ordem burguesa, põe em risco a própria ordem social.

A ampliação da miséria, a formação de uma população supérflua, obriga a uma redefinição das políticas sociais no interior do ordenamento neoliberal. Faz-se necessário mais uma vez, buscar uma fórmula que seja capaz de articular os

superlucros — mediante a exploração intensiva do trabalho através de mecanismos que vão da desregulamentação, flexibilização e precarização do trabalho, decorrentes da expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado — à efetivação do consumo, preservação ambiental e controle social (Hobsbawm, 1995).

O que se está afirmando é que a crise estrutural engendra novas expressões da questão social, entendida como “conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe trabalhadora impôs no curso de constituição da sociedade capitalista” (Cerqueira Filho, 1982) ou como “expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário da sociedade, exigindo seu reconhecimento enquanto classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão” (Iamamoto e Carvalho, 1986: 77).

É que com o aumento da composição orgânica do capital e a queda na taxa de lucro, instaura-se uma crise estrutural constituída de mediações muito complexas que se situam no âmbito da produção e da circulação, da concorrência capitalista e da luta de classes e sua compreensão não pode prescindir de captá-las nas suas múltiplas relações. Aqui, pretendemos ressaltar que nos processos de deflagração e enfrentamento das crises, estão implicadas acumulação de capital e ação política das classes sociais. Nesse contexto, o Estado administra a crise intervindo no controle dos mercados e da força de trabalho. Para regular a tendência ao subconsumo, instrumentalizar os mecanismos que garantam a mobilidade e alocação da força de trabalho face às necessidades dos monopólios, o Estado tem que ser legitimado, de modo que ele se torna permeável às demandas das classes subalternas. É da dinâmica dos monopólios, a qual exige a assunção de novas funções por parte do Estado, que este tem o alargamento da sua base de legitimação sóciopolítica, mediante a institucionalização de direitos

sociais. Mas essa é apenas uma possibilidade cuja concretização depende da luta de classe.

A questão social se complexifica e assume proporção inimaginável no capitalismo monopolista tardio (como é o caso do desemprego na atualidade) e se transforma em “questões sociais”, objeto de atendimento do Estado burguês.

Com a crise do capital a questão social passa a se expressar sob novas formas, tais como: a dependência química em comunidades indígenas, a venda de órgão humana, a venda de crianças, o analfabetismo institucional, o poder paralelo do tráfico organizado, etc. Há que se enfatizar que tais expressões são resultado da subsunção das necessidades sociais à lógica da acumulação.

Se é verdade que ela não pode ser pensada fora da luta de classes também não é estranha a uma perspectiva de consenso, tendo o Estado representado papel fundamental.

Com isso afere-se que a questão social nem está referida apenas a uma questão meramente econômica nem pode ser compreendida fora do contexto no qual inscreve-se e independente das modalidades históricas de seu enfrentamento, mas há que ser vista como instrumento político de ação entre as classes.

Há que se perguntar: “em tempos de crise de que maneira as questões sociais são tratadas ? A quem cabe o ônus?”

Na contemporaneidade, na ótica neoliberal, a questão social é tratada ora como objeto de terapia comportamental. O projeto neoliberal abstrai toda noção de políticas sociais públicas e universais e as converte em políticas sociais sem direitos sociais (Vieira, 1998), o que significa políticas sociais para indigentes, sendo políticas sociais para indivíduos isolados, bem na tradição do tratamento individualizado dos problemas. Além disso, o ideário liberal estabelece uma

distinção entre “incluídos e excluídos”, de modo que se constituem dois tipos de políticas, “(...) para os que mais contribuem, prestações qualificadas; para os que menos contribuem, prestações desqualificadas. - ou (...), para pobre, uma política social pobre” (Netto, 1999: 87). Com isso fragmenta-se ainda mais a população usuária das políticas e dos serviços sociais.

Como nesta ótica a “exclusão” é problema individual, a responsabilidade por ele é atribuída aos indivíduos, que são deixados a cargo de si mesmos (individualismo possessivo). Ao mesmo tempo, abstraindo-se os sujeitos (a luta de classes) ou secundarizando-os, o ambiente cultural fica livre para as utopias religiosas ou anacrônicas (idéia fora de lugar) possibilitando o aparecimento de alternativas que se denominam comunitárias, mas de claro conteúdo individualistas e solitárias (a exemplo do Programa Comunidade Solidária, no Brasil e do PRONASOL no México).

As articulações presentes na produção das políticas sociais (sem direitos sociais), o formato que mantém (privatistas, mercantilizada, seletivas e focalistas) refuncionalizam antigas práticas meritocráticas., clientelistas, a tão utilizada “ideologia do favor”, as quais portam o “fetiche da ajuda”. Ainda como parte da ofensiva ideológica neoliberal, há uma mudança em termos do discurso da participação popular e da descentralização, demarcadores respectivamente das décadas de 70 e 80, para o da autonomia, nas diversas instâncias do Estado (Universidade) e da sociedade civil.

O mecanismo geral, historicamente utilizado no “tratamento” da questão social é o mesmo, já que as respostas mantêm-se no universo do conservantismo e do reformismo integrador: a fragmentação dos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, sua autonomização, a abstração dos conteúdos político-revolucionários que as questões sociais portam e sua formalização em problemáticas particulares. Como o mercado não reconhece direitos, mas tão

somente o poder de compra⁴, só resta um espaço para atendimento das refrações da questão social fora do mercado: nos redutos do assistencialismo (Guerra, 1998).

Como a contraface da privatização das políticas sociais o tratamento da questão social passa a ser realizado por meio de um mecanismo denominado por alguns autores como “refilantropização”.

A subsunção do público pelo privado, da quantidade pela qualidade, o cálculo racional, a racionalização dos custos e do trabalho vivo, a questão social como objeto de gerência social. É o inteiro controle da vida dos indivíduos, agora por parte da sociedade/comunidade.

Na perspectiva do que tem sido chamado como *refilantropização da questão social*, vê-se que sua constituição obedece dois movimentos. De um lado, a retomada da sensibilização popular para o enfrentamento das questões sociais através de trabalho voluntário, responsabilizando a sociedade civil pela intervenção nas mazelas sociais. De outro, o atendimento da questão social pelas empresas privadas, através de programas denominados filantropia gerencial ou corporativa, através de práticas de "proteção social" que compõe o Terceiro Setor⁵.

Aqui tem-se uma estratégia de o grande capital tirar vantagem até mesmo da barbárie social de que é responsável e de encobri-la com a cortina de fumaça da “solidariedade”. Tudo isso estabelecido dentro do que se tem denominado “marco legal” (vide a lei da filantropia: 9732 de dezembro de 1998).

4 É clara e límpida a concepção de Roberto Campos: “o mercado ocupa-se essencialmente dos bens que podem ser objeto de transações entre agentes econômicos, vale dizer, que tem valor de troca; se isso coincide ou não com valores de outra ordem, culturais, humanísticos, ou o que seja, depende do que as partes queiram” (in Dreiffus, 1996: 340).

5 As práticas de "proteção social", embutidas no Programa Comunidade Solidária, segundo Augusto Franco, Conselheiro do Programa "são tentativas de promover uma nova relação entre Estado e sociedade para o enfrentamento da fome, da miséria, da pobreza e da exclusão social e uma racionalização da atuação do Estado na área social"

Os economistas filantropos, do qual falava Marx, mais uma vez apropriam-se das políticas sociais como instrumentos de gestão da crise. Encontram nas políticas educacionais e assistenciais um espaço privilegiado de manobra, posto que possibilitam forjar a subjetividade e formas de sociabilidade mais adequadas às exigidas pelo padrão de acumulação⁶. A empresa cidadã e a filantropia empresarial, mantidas a custo de subsídios diversos, tais como taxas alfandegárias, isenções tributárias e outras modalidades de cobertura financeira indireta.

Outra forma sistemática de atendimento das refrações da questão social tem sido desenvolvida pelas instituições públicas não estatais (as ONG'S, estas, formas privilegiadas de objetivação do chamado "Terceiro Setor"). Com isso estabelece-se uma nova relação entre as instituições prestadoras de serviço e os usuários. Mais uma vez, *o pensamento conservador articula as perspectivas público-privado* e as refrações da questão social. Pesquisas realizadas tanto por críticos quanto por defensores desta prática social e política demonstram que as fronteiras entre caridade e filantrópicas, o mercado e as organizações com fins lucrativos, e o Estado, são muito tênues. Aqui cabe ressaltar que no chamado Terceiro Setor, tendo as ONG's suas legítimas representantes, estabelece-se uma complexa e nebulosa, por vezes fetichizada, relação entre Estado-sociedade civil, público-privado.

Três aspectos merecem ser evidenciados: em consequência das transformações na sociedade, há um *aguçamento do conservadorismo típico da ordem burguesa, a hipertrofia da perspectiva individualista, a expansão da racionalidade do mercado.* .

Afirma um especialista que "o suporte estrutural de ampla vigência da hegemonia do mercado constitui-se, sem dúvida, na ofensiva do capital no âmbito da produção imediata. Por sua vez, sem as condições criadas pela estratégia

⁶ Pergunta-se por exemplo, o que significa atribuir ao trabalhador "uma nova qualificação" "ou "requalificá-lo para o trabalho" (leia-se emprego),

universalizante das classes dominantes, dificilmente a reestruturação produtiva seria viável, se pensarmos sobretudo na desregulamentação de direitos trabalhistas, na privatização das empresas estatais, no sucateamento da previdência pública e no desmonte generalizado dos sindicatos” (Braga, 1997:213). É assim que podem ser considerados o neoliberalismo e a reestruturação produtiva as duas faces da mesma moeda, isto é, a crise orgânica do capital (*idem*).

O quadro da crise que apresentamos é o mais elementar pra fazer surgir: “saídas fatalistas, messiânicas e voluntaristas ou vincadas por atitudes de individualismo narcísico, apologia da diferença e do provisório pós-modernista” (Frigotto).

Nesta direção busca-se as mudanças na estrutura de subjetividade das classes que se opõe no capitalismo monopolista.

3- MUDANÇAS NA ESTRUTURA DE SUBJETIVIDADE DAS CLASSES SOCIAIS

Percebendo o fim do “socialismo real” como a derrota do projeto socialista como um todo, um expressivo número de trabalhadores passa a crer que “agora é o momento de cuidar da vida cotidiana, dos interesses imediatos dos interesses corporativos, daquilo que se pode resolver aqui e agora: não se tem que pensar no amanhã e salve-se quem puder”(Antunes, 1996:82). As estratégias de negociação coletiva são substituídas por medidas de caráter individualista.

Mas a pseudo visão do fortalecimento do capitalismo na quadra histórica analisada, no contraponto com o fim do regime socialista do leste, encontra na noção de liberdade de mercado que este sistema porta, o elemento que lhe dá sustentação.

A compreensão desta questão passa por entendermos o sistema capitalista como um modo historicamente específico de controle social metabólico que condiciona o papel das classes sociais na sua totalidade, e estas, situadas na estrutura de comando hierárquica do capital. A estrutura de comando hierárquica do trabalho: “nasce da condição insuperável por meio da qual, sob o comando da sociedade de capital, ela deve ser antagonisticamente estruturada de uma maneira específica, já que as funções produtivas e controladoras do processo de trabalho devem ser radicalmente divorciadas umas das outras e atribuídas a classes diferentes de indivíduos”. (Mészáros, s/d)

A hipótese que aqui encontra-se subjacente é a de que a estrutura de comando do capital é uma estrutura de controle totalizadora⁷, cujo preço pago é a perda do controle dos processos de tomada de decisão pelas classes sociais. O capital impõe seu critério de viabilidade em tudo; degrada o sujeito real da produção e reduz o trabalho à uma condição de *objetividade reificada*, mero fator material de produção (Cf. Mészáros, in: Antunes, 1999).

Isso se passa até com os mais ricos dos capitalistas. Diz Mészáros “não importa o número de ações controladoras que estes últimos (os capitalistas) possam ostentar na empresa ou empresas que legalmente possuem enquanto indivíduos particulares, seu poder de controle dentro do quadro do sistema capitalista como um todo é um tanto insignificante”(idem). Trata-se aqui, da forma social que o trabalho que produz mercadorias adquire. Diz Marx: “no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana” e deriva do caráter fetichista da mercadoria, posto que é “inseparável da produção de mercadorias”(Marx, 1985: 71).

7 O capitalismo não pode ser compreendido senão como uma forma possível de realização do capital presente na fase caracterizada pela generalização da subsunção real do trabalho ao capital.

3.1- Surgimento de novas formas de “inversão” da relação capital-trabalho

Com a complexificação e o aprofundamento da crise do capital aguça-se a contradição entre o capital social total e a totalidade do trabalho de um lado e a fragmentação e estratificação do trabalho, de outro.

Na medida em que a “questão social”, expressão da relação capital-trabalho, se complexifica, renova-se a tendência à psicologização das relações sociais — historicamente utilizada pelos organismos de reprodução social, sobretudo pelo Estado, como expressão tipicamente do capitalismo do período dos monopólios. Tal tendência contém a direção de imputar nos indivíduos a responsabilidade pelos seus problemas, mas não só: ela impõe “um tipo novo de relacionamento personalizado entre ele e as instituições próprias da ordem monopólica que, se não se mostram aptas para solucionar as refrações da questão social que o afetam são suficientemente lambeis para entrelaçar nos serviços que oferecem e executam, desde a indução comportamental até os conteúdos econômico-sociais mais salientes da ordem monopólica — num exercício que se constitui em verdadeira pedagogia psicossocial, voltada para sincronizar as impulsões individuais e os papéis sociais propiciados aos protagonistas”(Netto, 1996: 38). Por estes dois movimentos busca-se a extinção de comportamentos anti-sociais e a assunção de novos valores e comportamentos, portanto, a reforma moral visando a reintegração dos indivíduos na sociedade e o desempenho de papeis, segundo o perfil de trabalhador necessário ao padrão de acumulação do capital.

Isto porque, o setor de serviço cada vez mais se submete à racionalidade do capital, do que decorre, também, a expansão do assalariamento dos trabalhadores deste setor.

É neste setor que uma nova forma de escamotear os antagonismos entre as classes sociais comparece. Dentre outras, cabe-nos destacar a que

consideramos mais pernicioso: a chamada filantropia empresarial ou economia solidária.

Esta se manifesta nas empresas com perfil “comunitário”; na retórica da “parceria”, na apologia do “voluntariado”, abrangendo um leque de atividades/serviços, sobretudo as de cunho assistencial, que ganham a aparência de se desenvolverem à margem do mercado. Tais idéias, que compõem na maioria dos apologetas do Terceiro Setor (dentre os quais destaca-se Drucker, 1991, seguido por Fernandes, 1997) tendem a escamotear exatamente a questão central, qual seja: o antagonismo de interesses entre capital e trabalho.

Carlos Martinelli, um dos ideólogos desta prática social, assume que a filantropia empresarial é uma “receita para a empresa se distinguir na renhida batalha do mercado globalizado contendo os ingredientes clássicos: qualidade total, reengenharia, relação custo/benefício, compromisso com o cliente. Entretanto será mais “palatável” a empresa que incorporar uma boa dose de cumplicidade com seu entorno, evidenciada num programa de ação comunitária”.(1997:81).

Nesse sentido a empresa passa a ser visualizada não apenas na sua função econômica: gerar produtos e lucros, mas também na sua função social: gerar “bem-estar” no seu conceito mais amplo (empregados / familiares/ comunidades).

A filantropia empresarial via de regra é implementada de duas formas: através de doações (de instituições ou pessoas) para “chamadas” instituições filantrópicas, tradicionais e modernas (como a “Comunidade Solidária”) e de programas ou projetos desenvolvidos pelas Fundações, geralmente criadas por capitalistas, voltados para a realização de serviços sociais ou para financiamento de outras atividades “supostamente” de interesse público.

Em relação à filantropia empresarial, podemos assinalar que houve uma evolução dos donativos de caridade para doações estruturadas ou investimento social. Portanto, quando se pensa em filantropia empresarial, nota-se um consenso de que este investimento ocorra como um investimento da empresa, e não somente como compromisso pessoal do empresariado (Paula e Rohden, 1988:117).

Pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) verificou que no Brasil em 1998 empresas da região sudeste (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) aplicaram 3,5 bilhões de seu faturamento no terceiro setor. Tais empresas desenvolvem projetos de assistência social, alimentação, segurança, esporte e educação que atendam a população que vive no entorno da sede.

Estas ações sociais do empresariado integram o denominado terceiro setor que constitui um campo marcado por uma irreduzível diversidade de atores e formas de organização.

Até aqui, tudo nos leva a considerar que setor é funcional à nova lógica de acumulação. Em que medida se dá esta funcionalidade?

De maneira ainda preliminar, visto que os estudos nesta área são recentes e ainda insuficientes, podemos considerar tal funcionalidade:

1) em termos de representação social: ganha legitimidade social, adquire um sentido social pelos seus prestadores (dispêndio de atividade útil, cuja aparência ou forma social é de que ela se realiza à margem dos mecanismos de acumulação), reconhecimento social como forma de trabalho comunitário e assistencial; 2) como mecanismo amortecedor dos conflitos, das questões sociais, posto que minimiza a barbárie do desemprego estrutural; 3) na tentativa de suprir uma parte das funções adotadas pelo Estado na sua fase como interventor.

O pensamento conservador tem tido um papel fundamental no sentido de “subsidiar a unidade estratégica entre as perspectivas “pública” e “privada” no confronto do Estado burguês no capitalismo monopolista com as refrações da questão social” (Netto, 1996: 39).

Diz Petras “AL incorporar a los pobres a la economía neoliberal a través de acciones voluntarias que son exclusivamente de la iniciativa privada, las ONG crean un mundo en el que la apariencia de una solidaridad y acciones sociales ocultan una conformidad hacia las estructuras nacionales e internacionales del poder. No es casual que las ONG se hayan convertido en entes dominantes en ciertas regiones donde las acciones políticas independientes han decaído y el neoliberalismo rige sin oposición alguna⁸.

Mais ainda, este setor, também chamado de setor de economia solidária, tem sido considerado uma alternativa de empregos, de modo que acaba constituindo as estratégias para aquisição de consensos da classe trabalhadora.

Ora, seus defensores aliam a lógica do mercado às virtudes conservadoras, tal como o altruísmo. Ocorre que “las ONG se convirtieron en "el rostro comunitario" del neoliberalismo. y se relacionaron íntimamente con los de arriba y complementaron su labor destructiva. Cuando los neoliberales transferían lucrativas propiedades estatales, privatizándolas para los ricos, las ONG no fueron parte de una resistencia sindical. Por el contrario, se mostraron activos en la creación de proyectos privados, promoviendo el discurso de la iniciativa privada ("autoayuda") al dedicarse a fomentar la microempresa en las comunidades pobres.

8 Mostra-nos um analista arguto como Petras que : Desde el principio de la década de los 80, las clases dominantes neoliberales, junto con el gobierno de Estados Unidos y gobiernos europeos, se percataron que las políticas del "libre mercado" estaban polarizando as sociedades en América Latina. Mediante fundaciones privadas y fondos estatales empezaron a financiar a las ONG, mismas que expresaban una ideología contra el Estado y promovían la "autoayuda". A finales de este milenio, existen unas 100 mil ONG en todo el mundo que reciben cerca de 10 mil millones de dólares y compiten con los movimientos sociopolíticos por la lealtad de las comunidades militantes.

Neste setor parece ter-se recuperado a máxima pregada pelo positivismo de Conte: “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao deslocar a questão social do campo da política, mecanismo que tem sido historicamente empregado pela classe burguesa, e abstraí-la das condições que lhe imprimem uma tensionalidade (a luta de classes), a ideologia burguesa reforça a suposta harmonia entre capital e trabalho.

Repõe e refuncionaliza as velhas formas que o projeto reformista integrador do capital se utiliza para enfrentar a questão social. O que continua é a referencialidade à questão social como objeto de disputa com a classe trabalhadora. O que muda são os mecanismos adotados para alcançar o consenso da classe trabalhadora.

O Terceiro setor, enquanto uma nova expressão das antigas formas de organizar consenso entre as classes faz com que a intervenção do Estado se realize pela mediação das ditas “empresas cidadãs”.

Na Reforma do Estado, a filantropia empresarial atinge um novo patamar, tomando a forma de ação social empresarial que se efetiva sob o discurso de “missão” ou “responsabilidade social”⁹. Entretanto, estas práticas “solidárias” não objetivam a criação de instâncias formais de participação. Ao contrário, imputam a *lógica do público não-estatal na cultura e na prática organizacionais*, e esvaziam o caráter público, e como tal, universal, na prestação de serviços sociais e execução das políticas sociais.

⁹ Vide as linhas gerais da Reforma do Estado, sobretudo no que se refere aos chamados *serviços não-exclusivos* ou competitivos, ou seja, aqueles que “o Estado realiza e/ou subsidia porque os considera de alta relevância para os direitos humanos, *ou porque envolvem economias externas*, não podendo ser adequadamente recompensadas no mercado por meio da cobrança dos serviços (Bresser Pereira, 1996: 283), o que da legalidade às práticas das organizações sociais. Ora, entendemos que, neste caso, só se altera a forma pela qual os subsídios do Estado são prestados às empresas particulares ou aos grupos particulares.

A este respeito diz Petras: “la ideología de las ONG en cuanto a sus actividades privadas y voluntarias destruye el sentido de lo "público"; la idea es de que el gobierno tiene la obligación de procurar a todos sus ciudadanos. Contra esta noción de responsabilidad pública, las ONG fomentan la idea neoliberal de una responsabilidad privada hacia los problemas sociales y la importancia de los recursos para resolver estos problemas” (Petras, 2000).

Mas a “economia solidária” é uma “nova” forma de mascar a exploração, melhor dizendo a de o capital continuar criando os próprios pressupostos para o seu revigoramento, para o que tem que criar novas personificações, razão pela qual a classe trabalhadora deve se manter atenta, organizada e fomentando ações para seu enfrentamento. Como sustenta Petras, “el problema no es sólo el neoliberalismo del "libre mercado" que viene de las cúpulas, sino también el neoliberalismo de la "sociedad civil", que proviene de abajo.

Se é verdade que é na implementação do neoliberalismo que a classe trabalhadora organizada tem investido, como única alternativa possível, há que se enfrentar esta tendência mostrando sua funcionalidade à racionalidade hegemônica do capital.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho - Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 1995.

_____. “Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho”. Revista Serviço Social e Sociedade n. 50, Ano XVII, abril, São Paulo,

Cortez, 1996

_____. Os sentidos d trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.

BRAGA, R. Restauração do capital , São Paulo, Xamã, 1997.

BRESSER Pereira, L.C. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil - Para uma interpretação da América Latina. São Paulo, Ed. 34 Ltda. 1996.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo, Xamã, 1996.

CORIAT, Benjamim. Pensar pelo avesso- o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro, UFRJ, Renan, 1994.

FREDERICO, Celso. Crise do socialismo e movimento operário. São Paulo, Cortez, 1994.

GUERRA, Yolanda. A racionalidade hegemônica do capitalismo no Brasil contemporâneo — uma análise das suas principais determinações. PUC-SP, 1998. Original Inédito.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 4ª Ed. São Paulo, Loyola, 1994.

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos- O breve século XX- 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. 2ª. Ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

_____. A revolução Francesa. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Coleção Leitura. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

_____. “Adeus a tudo aquilo”. in: Blackburn. Depois da queda. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____. Sobre História. Trad. Cid Knipel Moreira, Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octávio. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

_____. “Globalização: novo paradigma das ciências sociais” In: Sérgio Adorno (org.). A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade. Ed. da Universidade, 1995.

IOSCHPE, E. B. (org.) Terceiro Setor. Desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

LUKÁCS Georg. “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem” In: Cadernos de NEAM n. 1. São Paulo, PUC, 1997.

_____. El asalto a la razón- la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. Trad. Wenceslao Roce 2ª Ed. Barcelona, Grijalbo, 1968.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah Abreu Azevedo. 2ª Ed. São Paulo, Nova Cultural, (col. Os Economistas), 1985.

_____. A crise do capital- Os fatos e suas interpretação marxista. Trad. Juarez Guimarães. São Paulo, Ensaio, 1990.

MARTINELLI, C., “Empresa cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora”. In: Terceiro Setor, desenvolvimento social sustentado. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

MATTOSSO, Jorge. A desordem do trabalho. 1ª. Reimpressão. São Paulo, Pagina Aberta- Scritta, 1996.

MÉSZÁROS, István. A ordem de reprodução social metabólica do capital. Simpósio Internacional Lukács e os desafios contemporâneos. Mimeo. S/d

NETTO, José. Paulo. Ditadura e serviço social. São Paulo, Cortez, 1991.

_____. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo, Cortez, 1993.

_____. “Transformações societárias e Serviço Social- notas para uma análise prospectiva da profissão” in: Revista Serviço Social e Sociedade n. 50, Ano XVII, abril, São Paulo, Cortez, 1996.

PETRAS, James. Nuestra America: las dos caras de las ONG's. Publicado na Internet. 2000.

TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís. (Des) ajuste Global e modernização conservadora. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

VIEIRA, Evaldo. A. Democracia e Política Social. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. **“As políticas Sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos”**. in: **Revista Serviço Social e Sociedade n. 53, Ano XVIII, São Paulo, Cortez, 1997.**